

**PARECER Nº 12/2016**

**PROJETO DE LEI Nº 02/2016**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**RELATOR: VEREADOR CLEUBER MICHIRRA**

### **RELATÓRIO**

De autoria do vereador Aldir Ramos, o projeto de lei em exame revoga a Lei Municipal nº 1.408, de 11 de dezembro de 2012, que condiciona a expansão do perímetro urbano ao atendimento das condições estabelecidas no Plano Diretor do Município.

Publicada, a proposição foi distribuída, preliminarmente, à Comissão de Legislação, Justiça e de Redação, que concluiu por sua inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade. No entanto, o parecer da referida Comissão foi rejeitado em Plenário, por quatro votos contrários a ele, dois favoráveis e duas abstenções.

Diante disso, vem agora o projeto a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 88, I, alínea “g”, do Regimento Interno.

Em síntese o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei em exame visa revogar a Lei Municipal nº 1.408, de 11 de dezembro de 2012, que condiciona a expansão do perímetro urbano ao atendimento das condições estabelecidas no Plano Diretor do Município.

Conforme destacado pela Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, *“apesar de não contar com mais de 20 mil habitantes, o Município de Arinos, ainda assim, está obrigado a elaborar e aprovar o seu plano diretor, pois integra área de especial interesse turístico, conforme preconiza o art. 41, inciso IV, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto das Cidades.”*

No entanto, até o presente momento o Município de Arinos ainda não elaborou o seu plano diretor. Com isso, tem-se um grande entrave ao desenvolvimento urbanístico e social de Arinos, já que a referida Lei nº 1.408, de 2012, condicionou a expansão do perímetro urbano e, portanto, a execução de novos empreendimentos imobiliários aos requisitos que vierem a ser estabelecidos no plano diretor.

Vale ressaltar, ainda, que a elaboração e aprovação de um plano diretor não é processo rápido e simples, pois demanda estudos técnicos e debates tanto no Executivo quanto no Legislativo, devendo ser assegurada também a ampla participação da população. Ou seja, a elaboração deste instrumento é um processo complexo e demorado.

Desse modo, entendo que a expansão do perímetro urbano do Município de Arinos não deve ficar condicionada à elaboração do plano diretor, conforme determinado pela Lei nº 1.408, de 2012.

## **CONCLUSÃO**

Em face do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 02, de 2016.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2016.

***Vereador CLEUBER MICHIRRA***

***Relator***